



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO

Nº 312, DE 2018

Requer, nos termos do art. 49, inciso X, e do art. 50, § 2º da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, inciso I, alínea a, e 216, do Regimento Interno do Senado Federal, e com o Ato da Mesa nº 1, de 2001, que sejam solicitadas informações ao Senhor Ministro de Estado de Minas e Energia, no âmbito da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP.

AUTORIA: Senador Jorge Viana (PT/AC)

DESPACHO: À Comissão Diretora



Página da matéria

REQUERIMENTO N° , DE 2018

SF/18774.84531-28


Em conformidade com o art. nº 49, inciso X, e o art. nº 50, § 2º, da Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB), combinados com os arts. 215, inciso I, alínea *a*, e 216, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), e com o Ato da Mesa nº 1, de 2001, requeiro ao Senhor Ministro de Estado de Minas e Energia, no âmbito da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, as seguintes informações:

1. Quais foram os preços médios do barril do petróleo em todos os meses de maio no período de 2014 a 2018?
2. Qual foi a produção de petróleo (barris/dia) da Petrobrás nos anos de 2014 a 2018?
3. Qual foi o investimento total realizado pela empresa nesse mesmo período (ano a ano)?
4. Qual foi a produção do pré-sal e do pós-sal (barris/dia) nos anos de 2014 a 2018?
5. Tendo em vista o aumento das alíquotas do PIS-COFINS Combustível em julho de 2017, qual foi a arrecadação total dessas contribuições em 2016, 2017 e 2018, mês a mês?

Com relação ao preço médio do combustível de veículos automotores (gasolina e diesel) nos anos de 2014 a 2018:

1. Quais foram os preços médios do barril de petróleo, mês a mês, nesse período?
2. Quais foram os preços médios praticados pela Petrobrás, pelas distribuidoras e pelos postos de revenda, mês a mês, no Brasil e no Estado do Acre?

3. O que explica a diferença de preços praticados no Estado do Acre e nos demais Estados da Federação?
4. O que pode ser feito para reduzir essa diferença?

Com relação ao preço médio do gás liquefeito de petróleo (GLP) para uso residencial, o botijão gás de 13 quilos, nos anos de 2014 a 2018:

1. Qual foi a produção de gás natural no Brasil, em metros cúbicos por dia (m^3/dia) nesse período?
2. Quais foram os preços médios do botijão de gás de 13 quilos praticados pela Petrobrás, pelas distribuidoras e pelos postos de revenda, mês a mês, no Brasil e no Estado do Acre no período de 2014 a 2018?
3. Qual foi o consumo de botijão de gás de 13 quilos nesse período? Quantos botijões foram vendidos nesses anos?
4. O que explica a diferença de preços praticados no Estado do Acre e nos demais Estados da Federação?
5. O que pode ser feito para reduzir essa diferença?

JUSTIFICAÇÃO

Com a nova política de preços adotada pela Petrobrás, iniciada em julho de 2017, que considera a variação do dólar e o valor do barril do petróleo no mercado externo, os preços do gás de cozinha e da gasolina ficaram impraticáveis para a população mais necessitada.

Não bastasse essa nova política, o governo Temer decidiu aumentar o PIS-COFINS Combustível por meio do Decreto nº 9.101, de 20 de julho de 2017. Segundo a norma, a alíquota para gasolina subiu de R\$ 0,3816 para R\$ 0,7925 por litro (mais que o dobro), uma alta de R\$ 0,41



SF/18774.84531-28


SF/18774.84531-28

(receita extra de R\$ 5,191 bilhões). No caso do diesel, o aumento foi de R\$ 0,2480 para R\$ 0,4615 por litro, uma alta de R\$ 0,21 (arrecadação de mais R\$ 3,962 bilhões). Para o etanol, houve aumentos diferenciados para produtores e distribuidores. No primeiro grupo, a alíquota do PIS/Cofins subiu de R\$ 0,12 para R\$ 0,1309, (arrecadação adicional de R\$ 114,9 milhões). Já para os distribuidores, ela saiu de zero para R\$ 0,1964, (reforço adicional de R\$ 1,152 bilhão aos cofres públicos). A arrecadação extra foi de R\$ 10,4 bilhões só em 2017. Segundo o próprio governo, o aumento do PIS-COFINS foi responsável pelo aumento de 7% para os consumidores.

Apesar de a inflação oficial de julho de 2017 e abril de 2018 ter sido de 2,68%, o preço da gasolina nas refinarias subiu 57% e o do diesel subiu 57,8% nesse mesmo período. Foram 115 reajustes consecutivos desde então. Quanto ao gás de cozinha, em 2017 o aumento foi de quase 70%. Segundo o IBGE, em 2017, 1,2 milhão de domicílios passaram a cozinhar com fogão a lenha. Nos governos do PT, o preço do gás ficou congelado por treze anos, favorecendo, principalmente, as famílias mais pobres.

No Acre, em localidades como Santa Rosa do Purus, o botijão de gás está custando R\$ 250,00 e o litro da gasolina bateu R\$ 10,00.

Por causa desses preços exorbitantes, a população tem evitado o carro, a moto, o barco a motor e o fogão a gás. No Acre muitas famílias estão sendo obrigadas a utilizar o fogão a lenha pois não têm mais condições de comprar um botijão de gás. O barco a motor está sendo substituído pelo barco a remo e pela canoa devido ao preço impraticável do combustível. Os mais necessitados têm sofrido com a política de preços de combustível e gás do atual governo.

Com o presente requerimento, espero ter apoio dos meus pares para jogar luz em assunto de relevante interesse para o meu Estado e para o Brasil.

Sala das Sessões,

Senador JORGE VIANA

